CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255.20.44 - CEP. 01045-903

PROCESSO CEE Nº: 0778/92 - Ap. Doe. 390/99/91
INTERESSADO Antônio Inácio de Aragão
ASSUNTO : Consulta sobre curso livre
RELATOR Cons. Benedito Olegário Resende N. de Sá
PARECER CEE Nº : 1077/92 - CLN - APROVADO EM 02/09/92

CONSELHO PLENO

1- HISTÓRICO

A Consultoria Jurídica encaminha para conhecimento e manifestação a respeito de solicitações aqui formuladas que versam sobre cursos "livres".

2- APRECIÇÃO

No exame das Questões consideramos:

a) Da autorização e funcionamento dos cursos "livres".

No que tange à inviabilidade de ser expedida autorização, por parte das autoridades escolares, para funcionamento dos cursos livres, necessária para o funcionamento dos cursos de ensino regular, deve-se, preliminarmente, focar sob o prisma de ordenamento jurídico.

Assim, dispõe a Constituição da República:

"Artigo 209 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 0778/92

PARECER CEE Nº 1077/92

I- cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II- autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público."

"Artigo 211- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino."

"Artigo 22- Compete privativamente a União legislar sobre:

.....

XXIV- diretrizes e bases da educação nacional;"

De conseguinte, as leis que prescrevem diretrizes e bases da educação nacional são diplomas complementares exigidos desde a promulgação da Carta Magna de 1946.

Basicamente dispõem normas sobre os fins e princípios da educação, objetivos do ensino, a organização administrativa e didática das escolas, seu funcionamento e vinculação ao Conselho de Educação pertinente.

São leis que, juntamente com seus regulamentos declaram obrigações e direitos a alunos com estudos em curso e concluídos.

Assim a Lei Federal nº 4.024, de 20/12/61, ao fixar diretrizes e bases da educação nacional dispõe:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 0778/92

PARECER CEE Nº 1077/92

"Artigo 5º - São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, legalmente autorizados, adequada representação nos Conselhos Estaduais de Educação e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados."

Por seu lado, a Lei Federal nº 5.540, de 28/10/68, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e a Lei Federal nº 5.692, de 11/08/71, prescreve diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Diante do acima exposto vale reafirmar trecho Primoroso do Parecer CEE nº 1985/84 de autoria do Conselheiro Alpínoto Lopes Casali, "literis":

"2.4- Obedecidas as disposições constitucionais e legais, ora transcritas, há de concluir-se, clara e imperiosamente, que se consideram "livres" os "cursos" que não se enquadram nas categorias definidas por aquelas leis.

Funcionam à margem da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Portanto, nada têm a ver com aquela ou com este, no que tange a certificados de "conclusão de série ou curso", à "equivalência de estudos", ao "aproveitamento de estudos" ou a diplomas, porventura, expedidos.

E, portanto, a Secretaria e o Conselho nada têm a ver com eles, isto é, com os "cursos livres".

b) Da documentação para lograr autorização para funcionamento dos cursos "livres".

PROCESSO CEE Nº 0778/92

PARECER CEE Nº 1077/92

As apontadas peculiaridades que os envolvem, evidentemente, frustram qualquer possibilidade de apontar os documentos necessários à obtenção da inviável autorização de funcionamento de cursos livres, através da Secretaria de Estado da Educação, por tratar-se de atividade estranha ao objeto da mesma.

c) Do uso do Selo Nacional.

Como ficou evidenciado, refoge ao âmbito de competência, do Conselho manifestar-se a respeito de matéria referente a cursos "livres".

Inobstante isso, cumpre ressaltar que o Selo Nacional deve ser usado somente para autenticar diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos.

A forma e a apresentação dos símbolos nacionais encontram-se dispostas na Lei Federal nº 5.700, de 01/08/71.

3- CONCLUSÃO

Responda-se, nos termos do Presente Parecer, à douta Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação.

São Paulo, 12 de agosto de 1992.

a) Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Relator

PROCESSO CEE Nº 0778/92

PARECER CEE Nº 1077/92

4- DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação e Normas adota, como seu Parecer, o Voto do Conselheiro Relator.

Presentes os Conselheiros: Aparecido L. Colacino, Mons^o José Machado Couto, Maria Clara Paes Tobo e Yugo Okida.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 1992.

***a) Cons. Mons^o José Machado Couto
no Exercício da Presidência da CLN***

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova por unanimidade a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de setembro de 1992.

***a) José Mário Pires Azanha
Presidente***